

Na espécie, o que se pretendeu realmente demonstrar foi a *iniquidade*, a *desvantagem*, a *inconveniência* do sistema de representação proporcional, adotado pelo Código Eleitoral, em comparação com o proposto pelos recorrentes. Não há, em verdade, falar em inconstitucionalidade, se o Código não repeliu nem rejeitou, direta ou indiretamente, o dogma da proporcionalidade inscrito na lei fundamental. Se o princípio constitucional não está em litígio, não há como discutir o ato do Congresso perante os tribunais. Pretender que estes possam preferir o sistema preconizado pelos recorrentes com sacrifício do sancionado no Código, seria admitir pudessem eles invadir a esfera de atribuições privativas da legislatura, transgredindo o princípio básico da divisão tripartida dos poderes públicos, fundamento do sistema de freios e contrapesos — “checks and balances in government” —; seria conceder que o controle judiciário da constitucionalidade das leis se transmudasse em processo de censura e correção delas, arrogando-se os Juizes poderes administrativos e parlamentares, para, encarnando os poderes políticos de traçar dentro dos limites constitucionais, a orientação econômica, financeira, social e eleitoral da nação, ditar e impôr aos outros dois órgãos governamentais sua própria concepção do *ius commune*, incidindo nas censuras expressadas contra a *Supreme Court*, em luta sustentada contra a política econômica e social do *New Deal* do *Presidente Roosevelt*, quando se imputaram à maioria de seus membros os excessos de judicialismo deformante, que, sob a côr de defender a constitucionalidade dos textos legais, prescreviam soluções subjetivas e filosóficas, ajustáveis a seus princípios de conservantismo econômico-social. (Prof. Georges Burdeau, “Traité de Science Politique”, 1950, T. III, págs. 389-401).

Não se ignora que, nos Estados Unidos e nos países que, como o nosso, lhe seguiram o liberalismo das instituições, o Poder Judiciário é o

poderoso contrafreio que contém as demasias do poder que faz a lei e do que a executa. Essa prerrogativa conferida ao Judiciário de apreciar da inconstitucionalidade das leis e de deixar de aplicá-las quando inquinadas desse vício, não há como confundir com a atribuição, privativa do Legislativo, de decidir das vantagens, conveniência e oportunidade delas, ou de sanar-lhes as falhas, deficiências e erros.

Em suma: desde que no processo de formação do Código Eleitoral foram observados os requisitos que constitucionalmente são indispensáveis para que ele seja genuinamente uma lei e desde que suas disposições constitucionais não repugnam declaradamente aos princípios que a Constituição consagra — não se lhe pode imputar a mácula de inconstitucionalidade formal ou objetiva.

IV

São essas as razões, por que opinamos pelo não provimento do recurso.

Distrito Federal, 6 de março de 1951. — *João Coelho Branco*, 1.º Sub-Procurador.

Funcionário público; direito de greve — Continuam em vigor as leis ordinárias anteriores à Constituição de 1946, que estabelecem sanções penais e disciplinares contra os participantes de greves — Interpretação do art. 158 da Constituição — Idem dos artigos 226 n.º VII e 239 n.º X do Estatuto dos Funcionários (1)

CARLOS MEDEIROS SILVA
Consultor Geral da República

I) 1. O Sr. Diretor Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público, em “nota reservada” levou ao conhecimento do Exmo:

(1) Publicado no “Diário Oficial” de 14-3-1952 e aprovado pelo Presidente da República.

Sr. Presidente da República que segundo “notícias amplamente divulgadas pela imprensa indicam, de forma bem clara, que alguns médicos-servidores públicos estão tentando articular uma greve, para significar seu protesto pela demora na conversão em lei de um projeto, ora em curso na Câmara dos Deputados, que lhes aumenta os vencimentos e concede gratificações adicionais”.

2. Após outras considerações, prossegue o Diretor Geral: “Diante do que ocorre, e, em especial, do que publicamente se planeja contra a boa ordem dos serviços mantidos pelo Governo, é conveniente que fique, desde logo, bem definido o quadro legal em que, eventualmente, terá a administração de situar o problema, caso se concretizem as ameaças veiculadas pela imprensa”. Reporta-se ao disposto no artigo 158 da Constituição, que reconhece o direito de greve e ao art. 226 n.º VII do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União que, combinado com o de n.º 239, n.º X, comina a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que “incitar greves, ou a elas aderir, ou praticar atos de sabotagem contra o regime ou o serviço público”. Embora “não tenha qualquer dúvida quanto à plena vigência dos dispositivos estatutários citados” sugeriu a audiência desta Consultoria Geral “para firmar interpretação desses dispositivos à luz do texto constitucional, de modo a habilitar o Governo a agir com segurança de acordo com as circunstâncias porventura supervenientes”.

3. Nesta representação, o Exmo. Sr. Presidente exarou o seguinte despacho: “Sim. Seja ouvido o Sr. Consultor Geral da República”.

II) 4. A Consulta, em termos singelos, é a seguinte: Havendo a Constituição de 1946 reconhecido o direito de greve, continuam em vigor os textos de lei ordinária que, baixados anteriormente à sua promulgação, condicionam ou proíbem o exercício desse direito?

5. A mesma questão submetida aos Tribunais, tem sido respondida,

reiteradamente, no sentido de que a Constituição não revogou, automaticamente, por incompatibilidade, as leis anteriores que condicionam ou proíbem a greve.

6. Em torno da vigência, após a Constituição, do Decreto-lei n.º 9.070, de 15 de março de 1946, que dispôs sobre a suspensão ou abandono coletivo de trabalho, por parte de empregados em empresas privadas, suscitaram-se vários pleitos judiciais. Esta lei, depois de classificar as atividades profissionais em “fundamentais” e “acessórias” (artigo 3.º) declarou que a cessação do trabalho por parte de empregados em atividades da primeira categoria, em qualquer caso

“considerar-se-á falta grave para os fins devidos e autorizará a rescisão do contrato de trabalho”.

Estabelece, ainda, penas criminais, para aqueles que aliciarem participantes para greve, sendo estranho, ao grupo em dissídio, sem prejuízo do estabelecido no Código Penal, Título IV, parte geral e da aplicação de outras penas previstas em lei (art. 14).

7. Como se vê, a lei citada, anterior à Constituição, interditou a greve nas atividades privadas de caráter “fundamental” e autorizou a dispensa do empregado, sem prejuízo da responsabilidade penal nela estabelecida, ou em outros textos aos que se reportou.

Entre estes se encontra o artigo 201 do Código Penal que comina a pena de detenção de 6 meses a 1 ano e multa de 2 a 10 mil cruzeiros a aquele que

“Participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo”.

8. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso de *habeas corpus* n.º 30.498, de São Paulo, em acórdão unânime, em sessão plena, de 22 de setembro de 1948, discutiu a vigência, após a Constituição, deste artigo 201, do Código Penal.

Antônio Bertaco havia sido condenado a 6 meses de detenção e ao pagamento da multa de dois mil cruzeiros, por haver participado de uma greve de empregados da empresa de ônibus Alto da Mocóca, em maio de 1947. Alegou que o fato não mais constituía crime em face do artigo 153 da Constituição. A ordem, entretanto, foi indeferida pelo Tribunal paulista e pelo Supremo.

O Relator neste último colégio judiciário, o Ministro LAFAIETE DE ANDRADA entendeu que o ato que o impetrante praticara, continuava a ser crime, a despeito do disposto no texto constitucional, cuja aplicação ampla depende ainda de regulamentação. Invocou a opinião de CARLOS MAXIMILIANO, segundo o qual a lei ordinária sem ofensa à Constituição, poderá condicionar a greve ou mesmo "excluí-la de atividades necessárias ao bem comum, assim como exigir que se esgotem, primeiro, os remédios administrativos e judiciais" (*Constituição Brasileira de 1946*, volume III, página 205).

Para o Ministro EDGARD COSTA, "Se, pelo dispositivo constitucional o direito de greve, pôsto reconhecido, deverá ser exercido segundo as normas que a lei ordinária adotar, enquanto essa lei não for promulgada não se poderá "ter como irrestrito aquele direito por forma a nulificar os preceitos legais existentes que o regulam e, notadamente, aqueles que o fazem no sentido de excluí-lo em relação às atividades necessárias ao bem comum."

Está, neste caso, o disposto no artigo 201 do Código Penal, etc."

O Ministro OROZIMBO NONATO entendeu que o dispositivo constitucional depende de regulamentação, competindo ao legislador ordinário "descer ao casuismo das espécies". Enquanto isto não se fizer

"As leis anteriores subsistem até que o legislador ordinário tome as providências necessárias, as quais, porém, não poderão atingir o essencial do princípio de liberdade".

Com relação à vigência do artigo 201 do Código Penal, concluiu o douto magistrado:

"No caso, não há incompatibilidade entre o texto da lei federal e a Constituição, pois o princípio não está em vigor, atualmente, dependendo, por expressa vontade do constituinte, de regulamentação".

9. Este julgado do mais alto Tribunal do País, publicado no *Diário da Justiça*, da União, de 29-7-50, página 2.358, e, em resumo, na "Revista dos Tribunais" volume 189, página 559, reconheceu a possibilidade da aplicação de penas criminais a empregados de empresas privadas, por motivo de greve, após o advento da Constituição.

10. Além do Supremo, também o Tribunal de Justiça de São Paulo tem decidido, reiteradamente, pela vigência de dispositivos penais, anteriores à Constituição, aplicáveis aos grevistas. Assim, no acórdão de 2-9-48, in "Revista Forense", volume 123, página 560; idem, Rev. cit., volume 133, página 549; idem "Revista dos Tribunais", volume 173, página 44; volume 177, página 112; volume 183, página 120; vol. 185, página 92; volume 186, página 578; vol. 191, pág. 95.

O ilustre Tribunal, nas decisões indicadas, ponderou:

"A verdade, porém, é o que o texto constitucional, bem claramente, subordina o exercício do direito de greve à superveniência da lei reguladora, o que vale dizer que, enquanto não sobrevinha essa lei continuam em vigor os dispositivos que punem a participação em greve relativa a serviço de interesse coletivo ou a atividades profissionais fundamentais, nos termos dos citados artigos do Código Penal e do Decreto-lei n.º 9.070, de 1943". (Acórdão de 28-11-50 in "Revista dos Tribunais", vol. 191, pág. 95).

11. Se a responsabilidade penal do grevista subsiste não há como negar que a disciplinar também pode ser

apurada e tornada efetiva, mediante dispensa ou a demissão do empregado.

12. Neste sentido, é, aliás, abundante a jurisprudência dos Tribunais do Trabalho:

(Acórdãos dos Tribunais Regionais do Trabalho, da 1.ª Região, de 11-11-49, in "Revista Forense", volume 129, pág. 265; idem, da 5.ª Região, de 27-12-48, in Revista citada, vol. 130, pág. 286; idem, da 3.ª Região de 21-3-49, in Rev. cit. vol. 132, pág. 286; idem, acórdão da 5.ª Região, de 10-12-48, in "Revista do Trabalho", fevereiro de 1949, página 38; idem, Rev. cit., março de 1950, pág. 102; idem, da 1.ª Região, de 2-8-49, in "Trabalho e Seguro Social", setembro-outubro 1949, pág. 37).

13. Numerosos, aliás, têm sido, entre nós os processos de que resultaram condenações por motivo de greve nos serviços privados.

No artigo 28 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi dada anistia aos responsáveis; pelo recente Decreto Legislativo n.º 18, de 13-7-51, idêntico perdão lhes foi dado pelo Congresso Nacional.

III) 14. Contra a greve dos servidores públicos existem sanções penais e disciplinares estabelecidas em leis anteriores à Constituição de 1946. Como decidiram os tribunais a propósito da vigência dos textos que no mesmo sentido dispunham contra o pessoal das empresas privadas que desempenham atividades "fundamentais", também aquelas se devem considerar em vigor. A questão jurídica é a mesma e a razão de decidir foi a possibilidade de interdição, ou do condicionamento da greve, em certos serviços destinados ao público, em face da norma constitucional recente. Admitida esta faculdade, por parte do legislador ordinário, concluiu-se que os textos antigos não haviam caducado automaticamente pelo fato de cominarem penas aos grevistas empregados em atividades essenciais.

15. A sanção disciplinar contra o

funcionário está contida no Estatuto (Decreto-lei n.º 1.713, de 28-10-39) que no artigo 226, n.º VII, dispõe:

"E" ainda proibido ao funcionário:

VII) Incitar greves ou a elas aderir, ou praticar atos de sabotagem contra o regime ou o serviço público".

No art. 239, comina a pena:

"Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que:

X) Transgredir qualquer das proibições especificadas no art. 226".

16. O Decreto-lei n.º 431, de 18-5-38, que o Supremo Tribunal Federal considera também em vigor, após a Constituição de 1946 (Ac. de 14-11-50, na Ap. Crim. n.º 1.439; idem 15-12-50, na Ap. Crim. n.º 1.445), no artigo 3.º, número 28, considera crime contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado contra a ordem social:

"Cessarem, coletivamente, funcionários públicos, contra a lei ou regulamentos, os serviços a seu cargo:

Pena: Perda do cargo".

Tanto num caso, como noutro, a demissão depende de processo administrativo (Estatuto, art. 246, parágrafo único; Decreto-lei n.º 431, art. 9.º).

Como a responsabilidade administrativa ou disciplinar é independente da criminal (Estatuto, art. 230) a instauração dos processos necessários à sua apuração poderá fazer-se simultânea ou sucessivamente.

17. Não é demais recordar que "para efeitos penais" são considerados funcionários todos os que exercam cargo ou emprego público, ainda que, transitória e, ou sem remuneração, em serviço centralizado, autárquico ou paraestatal (Código Penal, art. 327). E que os extranumerários da União, estão sujeitos as mesmas penalidades disciplinares previstas para os funcionários, "independendo, porém, a dispensa de

inquérito administrativo" (Decreto-número 5.175, de 7-1-43, art. 1.º).

18. As leis citadas, punindo a greve dos funcionários, não foram fruto da proibição contida na Constituição de 1937, artigo 139.

Elas têm sua fonte no regime constitucional estruturado em 1934. A lei n.º 38, de 4-4-35, artigos 7.º, 8.º e 32 bem como a de n.º 136 de 14-12-1935, nos artigos 1.º e 12.º, continham preceitos idênticos.

Na vigência da Constituição de 1891, um professor de direito administrativo, dos mais reputados, assim condenou a greve dos funcionários:

"Consequentemente, quem entrar para o serviço do Estado, seja qual for a natureza da sua cooperação, não pode entrar para um sindicato, e ainda menos fazer greve, porquanto as condições para a prestação do serviço são estabelecidas por um ato do poder público, que não pode ficar sujeito à pressão de momentâneos interesses individuais". (A. O. VIVEIROS DE CASTRO, *Estudos de Direito Público*, 1914, pág. 709).

19. A Constituição de 1946, ao dispor no artigo 158 que:

"E' reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará",

não teve em vista impedir qualquer limitação a este direito. As discussões na Assembléia Constituinte, segundo o resumo feito por JOSE DUARTE ("A Constituição Brasileira de 1946", volume 3, páginas 216-224) bem o evidenciam. No anteprojeto a fórmula era ampla: — "E' reconhecido o direito de greve". MÁRIO MASAGÃO, ADROALDO MESQUITA, COSTA NETO, ARRUDA CÂMARA, GRACO CARDOSO, HERMES LIMA, FERREIRA DE SOUZA, EDUARDO DUVVIER, PRADO KELLY, GUARACY SILVEIRA, ATÍLIO VIVAQUA, ATALIBA NOGUEIRA, BAETA NEVES, CAIRES DE BRITO, ALIOMAR BALEIRO, SOARES FILHO, AGAMENON MAGALHÃES, AURELINO LEITE e ALTINO ARANTES participaram do debate.

O texto vigente resultou "de uma média de opiniões", disse HERMES

LIMA. Não há dúvida, entretanto, que a idéia vitoriosa foi no sentido de deixar ao legislador ordinário a faculdade de regular, com certa liberdade de ação, o preceito constitucional.

20. CARLOS MAXIMILIANO, ao comentar o novo texto, disse:

"Na Constituinte Brasileira de 1946 tentaram tornar irrestrito o direito de greve; o plenário rejeitou as emendas oferecidas em tal sentido. Segundo o texto-vitorioso, a prerrogativa existe; porém se faculta ao legislador ordinário traçar-lhe as extremas, condicioná-la, enfim.

Pode-se, por exemplo, excluir de atividades necessárias ao bem comum, assim como exigir que se esgotem, primeiro, os remédios administrativos e judiciais". *Comentários à Const. Bras. de 1946*, vol. III, página 205).

TEMISTOCLES B. CAVALCANTI entende também que as limitações ao direito de greve são legítimas "em relação aos funcionários públicos ou empregados do Estado subordinados a um regime legal muito peculiar". (*A Const. Fed. Coment.*, vol. IV, pág. 43).

PONTES DE MIRANDA depois de acentuar que direito de greve existe na Constituição, pondera: "O que a lei pode fazer é regular-lhe o exercício. Como separar-se o direito e o exercício do direito de greve? Aplicando a lei penal comum". (*Comentário à Const. de 1946*, vol. II, página 64).

A. NOGUEIRA DE SÁ condena a greve dos funcionários e sustenta a vigência das leis que a punem, anteriores à Constituição (*O Funcionário Público e o Direito de Greve*, in "Revista Forense", vol. 124, pág. 286, e "Revista de Direito Administrativo", vol. 17, pág. 23).

Com relação à lei a ser elaborada indaga:

"Mas pergunta-se poderá a lei que vai regular o exercício do direito de greve estendê-lo aos agentes da administração pública?

Parece-me que não poderá fazê-lo. Poder-se-ia responder desde logo, com JEZE que "greve e serviço público são noções antitéticas".

21. E' sabido, aliás, que os textos constitucionais não são preceitos rígidos. Comportam quase sempre os temperamentos que o legislador ordinário entender de editar, em defesa do interesse público. RUI BARBOSA sustentou que a despeito da Constituição de 1891 estabelecer no art. 73 uma regra geral a lei ordinária poderia prescrever-lhe exceções (*Coment.*, col. por H. PRATES, VI volume, pág. 197).

22. No art. 158 da Constituição vigente, a convocação ao legislador ordinário para a sua regulamentação decorre do próprio texto. Não se poderá, portanto, considerar uma usurpação a sua ingerência, estabelecendo graduações ou mesmo obstáculos ao exercício do direito ali assegurado.

Por isto devemos ter como legítimos os pronunciamentos judiciais e doutrinários já indicados, todos tendentes a admitir a proibição da greve nos serviços públicos, ou essenciais.

IV) 23. Exposta a questão como o foi, em face do direito positivo brasileiro, dispensada estaria a remissão ao direito comparado. Mas há uma circunstância eloquente que impõe a consulta ao direito norte-americano, francês e italiano, que tão de perto têm inspirado os nossos estudiosos do direito constitucional e administrativo. E' que, em época recente, o mesmo problema foi suscitado naqueles países e a solução dada se ajusta perfeitamente à vitoriosa no Brasil.

24. Em 1947 foi baixada nos Estados Unidos a chamada lei TAFT-HARTLEY sobre greves.

Contém elas a seguinte proibição:

"It shall be unlawful for any individual employed by the United States or any agency thereof including wholly owned Government corporations to participate in any strike. Any indi-

vidual employed by the United States or by any such agency who strikes shall be discharged immediately from his employment and shall forfeit his civil service status, if any, and shall not be eligible for reemployment for three years by the United States or any such agency".

LEONARD D. WHITE, conhecido especialista, informa que a lei de 1947 contava com numerosos precedentes. Mas depois da II Guerra Mundial a proibição da greve nos serviços públicos tomou vulto e a opinião corrente apoia este movimento.

"The law en strikes in the public service, while sketchy before 1945, appeared to be taking form rapidly in the years after World War II".

"The dominant opinion was that reflected in current legislation".

("Introduction to the Study of Public Administration", 3.ª ed., 1949, páginas 462-462).

Além da demissão do funcionário ou empregado público grevista, seja da União, seja de suas agências, a lei norte-americana prevê, conforme a transcrição do seu texto, a pena de inhabilitação para o exercício do cargo ou emprego público, durante 3 anos.

25. Na França, a Constituição de 27 de outubro de 1946, no seu preâmbulo disse que:

"Le droit de grève s'exerce dans le cadre des lois qui le réglementent".

Em decisão de 7 de julho de 1950, o Conselho de Estado tomou conhecimento da imposição de penas disciplinares a funcionários implicados em uma greve ocorrida após a nova Constituição. Concluiu que, a despeito da norma geral, reconhecendo o direito de greve, os funcionários públicos continuavam sujeitos à legislação que estabelecia penas disciplinares por motivo de greve.

O direito de greve, diz o julgado, é passível de abusos, de ser exerci-

do contra o interesse social: neste caso deve ser restringido ou interdito. Na ausência de regulamentação do preceito constitucional entendeu o Conselho de Estado que o Governo, responsável pelo serviço podia impor, aos seus funcionários, no caso de greve, as limitações que entendesse legítimas:

"Considérant qu'en l'absence de cette réglementation, la reconnaissance du droit de grève ne saurait avoir pour conséquence d'exclure les limitations qui odient être apportées à se droit, comme à tout autre, en vue d'en éviter un usage "abusif ou contraire aux nécessités de l'ordre public: qu'en l'état actuel de la législation il appartient, au gouvernement, responsable du bon fonctionnement des services publics, de fixer lui-même, sous le contrôle du juge, en ce qui concerne ces services, la nature et l'étendue desdites limitations".

26. Esta deliberação do Conselho foi objeto de comentário de MARCEL WALINE, conhecido especialista, que depois de recordar os antecedentes da matéria e criticar a inércia dos legisladores, deixando sem regulamentação adequada, o preceito constitucional, observou:

"Les Constituants de 1946, en permettant la grève sans apporter aux-mêmes de restrictions à l'égard des services publics, et les législateurs qui, depuis quatre ans, n'ont pas su édicter les lois prévues par le préambule (sauf la loi du 27 décembre 1947, particulière à un seul service pour ont été véritablement des somnambules cheminant, et nous faisant cheminer avec eux, au bord de l'abîme".

E, mais adiante:

"Fidèle à sa tradition de gardienne de l'intérêt public, la haute juridiction a donc refusé de proclamer les responsables de la vie nationale désarmés en face de grèves qui constituent de véritables attentats contre la vie de l'Etat". (*Revue du Droit Pu-*

blic et de la Science Politique, n.º 3, 1950, págs. 691-709).

As ponderações de WALINE e a decisão do Conselho de Estado foram ainda objeto de comentário na *Revue Internationale des Sciences Administratives*, n.º 4, 1950, pág. 848.

27. Na Itália, também a Constituição promulgada em 27 de dezembro de 1947, no art. 40, assegurou o direito de greve (sciopero) nos termos das leis que regulam o seu exercício:

"Il diritto di sciopero si esercita nell'ambito delle leggi che lo regolano".

MARCO TULLIO ZANZUCCHI comenta o dispositivo e combate com veemência a idéia de que o direito de greve se possa exercer sem restrições.

Entende que isto equivaleria a admitir que todo o cidadão tem o direito de fazer justiça pelas próprias mãos.

Reproduz as eloquentes palavras ditas, a propósito, na Constituinte por Merlin:

"Io esorto coloro che si fanno fautori della più ampia libertà di sciopero a rispondere a questa domanda: Ammettete lo sciopero anche degli agenti di polizia, dei carcerieri, dei magistrati, degli agenti delle imposte, con in quali lo Stato assicura le funzioni veramente essenziali, che cio è non porrebbero in nessun modo essere esercitate da privati, come invece potrebbe avvenire per altre funzioni pubbliche (ad. es. trasporti, poste ecc.) che potrebbero anche essere esercitate da privati? Se a questa domanda si risponde affermativamente, allora non si vuole lo Stato, ma il "karakiri" dello Stato: anziché dare allo Stato la forza necessaria e il necessario prestigio, se ne favorisce il suicidio! Voi fate le leggi e i Magistrati non le applicano: Voi comminate le pene e non potete farle espiare; Voi votate il imposte e i funzionari non le riscuotono!..."

("Instituzioni di Diritto Pubblico secondo la nuova Costituzione", VII ed., 1948, págs. 167-168).

EMILIO GROSÀ, Professor de Direito Constitucional em Turim, admite a intervenção do Estado através de procedimentos adequados, no exercício do direito de greve, a fim de resguardar os interesses da coletividade ("Corso di Dir. Costituzionale", Parte II, 1950, pág. 90).

ANTÔNIO AMORTH, Professor em Modena, louva a restrição contida no final do dispositivo constitucional que permitirá ao legislador ordinário impedir o abuso do direito de greve ("La Costituzione Italiana", 1948, pág. 78).

Sobre o assunto, no novo direito italiano, ver ainda ALEXANDRO LEVI (Il diritto di sciopero, in "Comentario Sistemático alla Costituzione Italiana" direto do P. Calamandrei e A. Levi, 1950, pág. 458); ENZO SICA, Il diritto de sciopero nell'ordinamento Costituzionale italiano, in Rassegna di Diritto Pubblico, n.º 2, 1950, pág. 121-152; H. R., "Limites du droit de grève en Italie", a propósito do artigo de LUIGI MENGOLI publicado na "Revista Inst. di Scienze Sociali", in "Revue Int. de Sciences Administratives", número 3, pág. 606).

V) 28. A greve que os funcionários públicos, com funções médicas, pretendem fazer, visa constringer o Congresso Nacional a exercer uma função que lhe é privativa (Constituição, art. 65 n.º IV) qual seja — votar uma lei de fixação de vencimentos, cuja elaboração, aliás, depende de iniciativa do Presidente da República (Constituição, art. 67 § 2.º).

São, portanto, visados, diretamente os Poderes Legislativo e Executivo sendo este o responsável pela execução dos serviços públicos.

29. Não só o Estado, e os órgãos que o encarnam, como representantes do interesse coletivo são os sujeitos passivos da greve; sofrerão diretamente as suas consequências os enfermos de mal súbito, e os doentes pobres; são estes os que recorrem geralmente aos serviços de assistência médica, mantidos pelos poderes públicos.

Além do desafio e do agravo aos órgãos da soberania nacional, os funcionários grevistas iriam privar de seus socorros os menos favorecidos da fortuna, aqueles a quem o Estado, como promotor do bem comum, oferece agasalho e lenitivo para seus males, através dos serviços que organiza e faz funcionar.

30. As atividades dos médicos no serviço público é, assim, tanto, ou mais essencial à coletividade do que as definidas em lei como "fundamentais", em empresas privadas.

A greve em tais serviços é punida em lei e, não encontra justificativa, por mais legítimas que pareçam as reivindicações de salários de seus propagadores ou aderentes.

Os poderes públicos naturalmente darão satisfação, aos seus anseios, ao seu tempo livres do constrangimento e da insubordinação dos interessados.

VI) 31. Em face do exposto, não tenho reservas em responder à consulta do Departamento Administrativo do Serviço Público, no sentido de que o Governo pode aplicar não só sanções disciplinares, como penais, aos servidores públicos de todas as categorias, que, por qualquer forma, participarem de greve.

E' o que me parece.

S.M.J.

Rio de Janeiro, 4 de março de 1952. — Carlos Medeiros Silva, Consultor Geral da República.